

ACTA DE REUNIÃO DE PROCEDIMENTO CONCURSAL Data: 2016/04/15

Acta n.º 04/RH//2016 Hora: 10h00

**Procedimento concursal comum para preenchimento de um posto de trabalho, na carreira e categoria de assistente técnico (contabilidade), do mapa de pessoal dos Serviços Sociais da Polícia de Segurança Pública.**

Área: Administração e Finanças

N.º de Vagas:1

Publicado:

Aviso n.º 2983/2016, publicado no DR, 2.ª Série - N.º 46 - 07 de Março de 2016  
BEP - OE201603/0097

Júri:

Presidente - Rita Margarida Cardoso Vieira, Chefe de Área de Administração e Finanças, dos SSPSP;  
1.º Vogal Efetivo - Elsa Cristina Correia Martins Técnico Superior do Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão dos SSPSP;  
2.º Vogal Efetivo - Maria do Carmo Almeida Cruz, Técnica Superior da Secção de Recursos Humanos da Área de Administração e Finanças dos SSPSP.

### **1. Apreciação e deliberação sobre as alegações apresentadas em sede de audiência prévia.**

Realizada a audiência prévia dos interessados, nos termos do artigo 31.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril verificou-se que os candidatos: **Teresa Maria Pinto Monteiro Almeida Mendes e Sérgio Filipe da Silva Castanheira**, exerceram o direito de participação de interessados, dentro do prazo legalmente fixado, nos termos dos doc.em anexo.

Sobre as alegações apresentadas o júri deliberou, por unanimidade, manter a decisão de excluir os candidatos: **Teresa Maria Pinto Monteiro Almeida Mendes e Sérgio Filipe da Silva Castanheira**, considerando os seguintes fundamentos:

I - Prevê o n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que a tramitação do procedimento concursal, incluindo a do procedimento destinado a constituir reservas de recrutamento em cada órgão ou serviço ou em entidade centralizada, é regulamentada por portaria do membro do Governo responsável pela área da administração Pública.

II - Essa regulamentação está assim prevista na Portaria 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 06 de abril.

III - Efectivamente, a alínea f) do n.º 3 do artigo 19.º, sob a epígrafe "*Publicitação do procedimento*", refere que a publicação integral contem, designadamente, elementos como, a

indicação sobre a necessidade de se encontrar previamente estabelecida uma relação jurídica de emprego público e, em caso afirmativo, sobre a sua determinabilidade.

IV - Tal não foi referido no aviso de abertura do procedimento concursal, pois o órgão competente para autorizar a abertura do procedimento concursal, atendeu que o disposto no n.º 1 do artigo 47.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro, era imperativo e que prevalecia sobre toda a legislação específica, que refere que *"... os serviços da administração direta e indireta do Estado, bem como os órgãos e serviços de apoio do Presidente da República, da Assembleia da República, dos tribunais e do Ministério Público e respectivos órgãos de gestão e dos outros órgãos abrangidos pelo âmbito de aplicação objectivo definido no artigo 1.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, não podem proceder à abertura de procedimentos concursais com vista à constituição de vínculos de emprego público por tempo indeterminado ou a termo, para carreira geral ou especial e carreiras que ainda não tenham sido objecto de extinção, de revisão ou de decisão de subsistência, destinados a candidatos que não possuam um vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente constituído, sem prejuízo do disposto no número seguinte."*

V - O n.º 2 do citado artigo refere que *"em situações excepcionais, devidamente fundamentadas, os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública podem autorizar a abertura de procedimentos concursais a que se refere o número anterior, fixando, caso a caso, o número máximo de trabalhadores a recrutar e desde que se verifiquem os seguintes requisitos cumulativos:*

- a) Existência de relevante interesse público no recrutamento, ponderando, designadamente, a eventual carência dos recursos humanos no setor de atividade da Administração Pública a que se destina o recrutamento, bem como a evolução global dos recursos humanos do ministério de que depende o órgão ou serviço;*
- b) Impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho em causa por trabalhadores com vínculo de emprego público previamente constituído, ou por recurso a pessoal colocado em situação de requalificação ou a outros instrumentos de mobilidade;*
- c) Declaração de cabimento orçamental emitida pelo órgão, serviço ou entidade requerente;*
- d) Cumprimento, pontual e integral, dos deveres de informação previstos na Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro, alterada pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro;*
- e) Parecer prévio favorável do membro do Governo de que depende o serviço ou o organismo que pretende efetuar o recrutamento.*

VI - Tal possibilidade de recurso a candidatos que não possuíssem um vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente constituído, teria que ser precedida de um despacho autorizador, que esse sim, conforme decorre do disposto na alínea g) do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 06 de abril, teria que constar no aviso de abertura, referindo a norma deste artigo que a publicação integral contém, ***"...a indicação do parecer dos membros do Governo, quando possam ser recrutados trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego publico previamente estabelecida."***



VII - **Conforme decorre do n.º 2 do artigo** artigo 47.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro, à data da abertura do procedimento concursal, não se tratava de um mero parecer mas de um despacho autorizador, situação que não foi prevista, pois não era intensão destes serviços. Recrutar trabalhadores sem **vínculo de emprego público por tempo indeterminado**.

VIII - A expressão da obrigatoriedade **vínculo de emprego público por tempo indeterminado** não foi referida no aviso de abertura, uma vez que o artigo 48.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro, prevê que nos procedimentos concursais publicitados ao abrigo e nos termos do disposto nos n.os 4 a 6 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o recrutamento efetua-se, sem prejuízo das preferências legalmente estabelecidas, pela seguinte ordem:

- a) Candidatos aprovados com vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecido;
- b) Candidatos aprovados, sem vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecido, relativamente aos quais seja estabelecido, por diploma legal, o direito de candidatura a procedimento concursal exclusivamente destinado a quem seja titular dessa modalidade de vínculo, designadamente a título de incentivos à realização de determinada actividade ou relacionado com titularidade de determinado estatuto jurídico;
- c) Candidatos aprovados com vínculo de emprego público a termo ou estagiários que tenham obtido aproveitamento com avaliação não inferior a 14 valores no Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública Central e no Programa de Estágios Profissionais na Administração Local;
- d) Candidatos sem vínculo de emprego público previamente estabelecido.

IX - Dispondo no entanto o n.º 2 do referido artigo 48.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro, que os candidatos a que se refere a alínea b) do número anterior não podem ser opositores a procedimentos concursais exclusivamente destinados a trabalhadores com vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente constituído, considerando-se suspensas todas as disposições em contrário.

X - **Excluindo desta previsão os candidatos** que se encontrem ao abrigo do disposto no artigo 30.º do Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de Contrato e de Voluntariado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15 de dezembro, e no n.º 8 do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, alterada pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, durante o ano de 2015.

XI - Estes são candidatos não possuem "... relação jurídica de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, previamente estabelecida, **mas é admissível a sua candidatura**.

XII - Face ao que antecede, e sem os serviços estarem munidos de despacho autorizador que lhe permitisse recrutar trabalhadores sem **vínculo de emprego público por tempo indeterminado, a sua aceitação par efeitos de realização dos métodos de selecção, é ilegal, considerando que legalmente os serviços não o podem fazer, e nem nunca foi sua intensão**.

XIII - Note-se que na dúvida, e antes de concorrerem, poderiam os interessados questionar os serviços, caso tivessem alguma dúvida sobre o assunto, pois é dever da administração prestar todos os esclarecimentos necessários à boa compreensão dos documentos administrativos, não havendo contudo nenhum pedido de esclarecimento sobre este assunto.

## **2. Lista definitiva dos candidatos excluídos**


Apreciada e deliberada sobre a alegação apresentada por um candidato excluído, o júri aprovou, por unanimidade a lista definitiva dos candidatos excluídos ao presente procedimento concursal apensa ao anexo único a esta ata.


O júri deliberou ainda notificar os candidatos excluídos da lista de candidatos admitidos e excluídos, nos termos do n.º 6 do artigo 31.º, conjugado coma a alínea a) do n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril

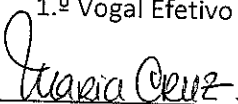
## **3. Convocação dos candidatos admitidos para a realização da prova de conhecimentos**

Por fim, nos termos do n.º 1 do artigo 32.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, e em cumprimento do calendário constante da ata n.º 2, o júri deliberou notificar os candidatos admitidos para a realização da prova de conhecimentos a realizar dia 28 /04/2016, pelas 10h00, na Sede dos SSPSP sita na Rua de Xabregas, n.º 44, 1949-017 Lisboa.

E nada mais havendo a tratar o júri deu por encerrada a reunião, lavrando a presente ata que vai assinada nos termos legais.

  
\_\_\_\_\_  
Presidente do Júri

  
\_\_\_\_\_  
1.º Vogal Efetivo

  
\_\_\_\_\_  
2.º Vogal Efetivo



*[Handwritten signature]*

N.º de candidato	Nome	Deliberação do Júri	Fundamento Legal	Método de seleção
1	CLAUDIA DANIELA NANDE COSTA	EXCLUÍDO	c)	N.a
2	CARLA MARISA GUERREIRO QUARESMA	EXCLUÍDO	a)	N.a
3	SANDRA CRISTINA AGUIAR DIAS DA SILVA	EXCLUÍDO	a)	N.a
4	CATARINA ISABEL MADEIRA DA CONCEIÇÃO NUNES CARDOSO	EXCLUÍDO	a)	N.a
5	MIGUEL ALEXANDRE MENDES SOBREIRA	ADMITIDO	Por cumprir os requisitos gerais de admissão	PC
6	HELENA MARIA VIEIRA DOS SANTOS	EXCLUÍDO	a)	N.a
7	SUSANA ISABEL DA SILVA FERREIRA	EXCLUÍDO	a)	N.a
8	TELMA FILIPA DIAS	EXCLUÍDO	a)	N.a
9	MARIA ISABEL TAVARES PATRICIO LOPES	ADMITIDO	Por cumprir os requisitos gerais de admissão	AC
10	JEREMIAS FERNANDES TAVARES	ADMITIDO	Por cumprir os requisitos gerais de admissão	PC
11	CATIA ISABEL MARTINS LAMPREIA	ADMITIDO	Por cumprir os requisitos gerais de admissão	PC
12	GONÇALO AFONSO DE OLIVEIRA CORCEIRO	ADMITIDO	Por cumprir os requisitos gerais de admissão	PC
13	VERA LUCIA SILVESTRE LAPA	EXCLUÍDO	a)	N.a
14	MARINA DA CONCEIÇÃO RODRIGUES	ADMITIDO	Por cumprir os requisitos gerais de admissão	PC
15	TERESA MARIA PINTO MONTEIRO ALMEIDA MENDES	EXCLUÍDO	a)	N.a

16	CARLA FILIPA VAZ MAMEDE	EXCLUÍDO	a)	N.a
17	FILIFE MIGUEL NETO EUSEBIO	ADMITIDO	Por cumprir os requisitos gerais de admissão	PC
18	MARIA IRENE CARVALHO DIAS	ADMITIDO	Por cumprir os requisitos gerais de admissão	PC
19	SÂNZIA MARIA CESÁRIO DOS SANTOS HENRIQUES	EXCLUÍDO	a) e e)	N.a
20	SERGIO FILIFE DA SILVA CASTANHEIRA	EXCLUÍDO	a)	N.a
21	ANDRE FREITAS LOGRADO DE FIGUEIREDO	EXCLUÍDO	a)	n.a
22	VANESSA RITA SOARES DELGADO	ADMITIDO	Por cumprir os requisitos gerais de admissão	PC
23	ANDRE PEREIRA MARQUES	EXCLUÍDO	d)	N.a
24	TERESA PAULA MADRUGA DA GRAÇA	EXCLUÍDO	a)	N.a
25	MARIA JOANA FERRÃO SCOSS	EXCLUÍDO	a)	N.a
26	PATROCINIA LUCAS DA SILVA ESTEVES	ADMITIDO	Por cumprir os requisitos gerais de admissão	PC
27	MARIA DA CONCEIÇÃO ALVES SEVERINO	ADMITIDO	Por cumprir os requisitos gerais de admissão	PC
28	CELIA MARIA MARQUES AZEVEDO MENDES	ADMITIDO	Por cumprir os requisitos gerais de admissão	PC
29	CRISTINA MARIA ROSA BISPO	EXCLUÍDO	a)	N.a
30	SUSETTE ALEXANDRA ALBINO BILRO	EXCLUÍDO	b)	N.a
31	VANESSA ALEXANDRA CARVALHO FERREIRA DE SOUSA GOUVEIA	EXCLUÍDO	a)	N.a

Legenda dos motivos de exclusão:

- a) Não detentor de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida;



- b) São excluídos os trabalhadores das administrações regionais e autárquicas, por força do disposto no n.º 1 do artigo 47.º e no n.º 2 do artigo 50.º da Lei n.º 82 -B/2014, de 31 de dezembro;
- c) Não envio dos documentos conforme elencados nas alíneas a) e d) do ponto 9.3. do Aviso de Abertura;
- d) Não envio dos documentos conforme elencados nos pontos 9.3. e 9.4. do Aviso de Abertura;
- e) Não detentor do requisito previsto na alínea a), do ponto 7.1. do Aviso de Abertura.

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten mark]*

AC = Avaliação Curricular

N.a. = não aplicável

PC = Prova de Conhecimentos







## EXERCÍCIO DO DIREITO DE PARTICIPAÇÃO DE INTERESSADOS

### CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

Código da publicitação do procedimento

Código de candidato

AVISO 2983/2016

A preencher pela entidade empregadora

### IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Nome do

candidato:

TERESA MARIA PINTO MONTEIRO

ALMEIDA MENDES

### CANDIDATURA A:

Carreira Assistente Técnico Categoria Assistente Técnico

Área de actividade Contabilidade e Finanças

### FASE DO PROCEDIMENTO A QUE SE REFEREM AS ALEGAÇÕES

Verificação dos requisitos gerais e específicos

### ALEGAÇÕES DO CANDIDATO NO ÂMBITO DO DIREITO DE PARTICIPAÇÃO:

Venho por este meio contextualizar o motivo de exclusão da minha candidatura ao procedimento concursal publicado no aviso n.º 2983/2016 no Diário da República.

De acordo com o ponto 9.3 do presente aviso que indica os documentos que devem acompanhar o formulário de candidatura, sob pena de exclusão, não há nenhum que exija comprovação de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida.

Só no ponto 9.4, e excepcionalmente, para os candidatos titulares de uma relação jurídica de emprego público são solicitadas adicionalmente declarações emitidas pelo organismo ou serviço onde os candidatos exercem funções.

Assim sendo e para formalizar a candidatura basta entregar os documentos solicitados no ponto 9.3.





O facto de não ter relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado não é motivo de exclusão do meu candidatura.

*Presidência*

**DECISÃO DO JÚRI**

Deferimento ☐

Indeferimento ☐

**Fundamentação da decisão**

**O Júri**

Em: \_\_\_\_\_



## EXERCÍCIO DO DIREITO DE PARTICIPAÇÃO DE INTERESSADOS

### CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

Código da publicação do procedimento

BEP-OE201603/0091/Aviso n 2983/2016

Código de candidato

A preencher pela entidade empregadora

### IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Nome do

S é r g i o F i l i p e d a S i l v a

candidato:

C a s t a n h e i r a

Entrada n.º

20186/SS/2016

Data

04/04/2016

### CANDIDATURA A:

Carreira Assistente técnico

Categoria Assistente técnico

Destinatários

Secretário-geral ☒  
Chefe da Área Financeira e Patrimonial ☒  
Chefe da Área de Ação Social ☒  
Músculo de Apoio Geral ☒

Área de actividade Secção de Contabilidade da Área de Administração e Finanças dos SSPSP

### FASE DO PROCEDIMENTO A QUE SE REFEREM AS ALEGAÇÕES

Admissão a concurso - apreciação das candidaturas

### ALEGAÇÕES DO CANDIDATO NO ÂMBITO DO DIREITO DE PARTICIPAÇÃO:

O recorrente, notificado por correio electrónico - mensagem recebida em 30 de Março de 2016 - da sua exclusão da lista de candidatos admitidos ao concurso publicado em DR, 2ª série - n. 46, de 7 de Março de 2016 - Aviso n. 2983/2016 - vem pelo presente apresentar a sua reclamação quanto ao motivo alegado para a sua exclusão: «a) não detentor de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida».

Porquanto, o aviso de abertura em questão, nomeadamente no seu número 7 «requisitos de admissão» não prevê esse requisito - que, de resto, a ser requisito determinante, deveria constar da publicação do concurso de forma clara, conforme se prevê, entre outros, na alínea f) do n. 2 do art. 19.º da portaria n. 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada pela Portaria n. 145-A/2011, de 6 de abril.

Mormente, com o devido respeito, e salvo melhor opinião, a verificação dos requisitos gerais e específicos dos candidatos - conforme refere a ACTA n. 03/RH/2016 - não se pode resumir aos pontos 9.3 e 9.4 do aviso de abertura. Mais, o ponto 9.4 aplica-se a quem seja titular de uma relação jurídica de emprego público, por sua vez o ponto 9.3 aplicar-se-á quer a quem seja titular desse tipo de relação jurídica, quer a quem não o seja; de contrário, não faria sentido a existência destes dois números, tão pouco, a redacção da primeira parte do ponto 9.4, que refere que «os candidatos titulares de relação jurídica de emprego público, para além dos elementos [...]» enfase nossa no "para além", que faz supor que os restantes candidatos não têm este dever.

Antecipadamente grato pela atenção dispensada,

~~Aguarda deferimento,~~

Sérgio Cartanhuira

## DECISÃO DO JÚRI

[illegible]

**Abstract**

## This image shows a single sheet of white paper with horizontal blue ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

.....

bioRxiv preprint doi: <https://doi.org/10.1101/2019.05.20.256411>; this version posted May 20, 2019. The copyright holder for this preprint (which was not certified by peer review) is the author/funder, who has granted bioRxiv a license to display the preprint in perpetuity. It is made available under aCC-BY-NC-ND 4.0 International license.